



# DEITICIDADE E MORFOSSINTAXE DE DEMONSTRATIVOS NO KIMBUNDU: ANÁLISE DAS GRAMÁTICAS DE DIAS E DE CHATELEAIN

---

DEICITY AND MORPHOSYNTAX OF DEMONSTRATIVES IN  
KIMBUNDU: ANALYSIS OF THE GRAMMAR OF DIAS AND  
CHATELEAIN

Ramon Arend Paranhos<sup>1</sup>  
*Universidade Federal da Bahia*

**Resumo:** Neste estudo, faço a análise das interpretações do uso de demonstrativos em duas em duas gramáticas do kimbundu: Dias (1667); e Chatelain (1889). Assumo Lyons (1999), Diessel (1999), Guardiano (2009) e Levinson (2018) para descrever as propriedades semânticas, pragmáticas e morfossintáticas de demonstrativos. Parto da hipótese de que as duas gramáticas teriam descrições semelhantes, mas identifico a existência de divergências em relação à quantidade e às oposições de demonstrativos. Essas divergências podem ser explicadas principalmente por fatores extralinguísticos, como a percepção ou importância do fenômeno; o desenvolvimento de técnicas de impressão, de caracterização gramatical e de evolução dos estudos científicos; e objetivo da produção das gramáticas. Fatores intralinguísticos, como mudança e variação, não são conclusivos.

Palavras-Chave: Demonstrativos; Kimbundu; Bantu; Linguística Africana.

**Abstract:** *In this study, I analyze the interpretations of demonstratives in two Kimbundu grammars Dias (1667); and Chatelain (1889). I assume Lyons (1999), Diessel (1999), Guardiano (2009) e Levinson (2018) to describe semantic, pragmatic, and morphosyntactic properties of demonstratives. I assumed that the two grammars would have similar descriptions, but I identified divergences in the quantity and oppositions of demonstratives. These divergences can be explained mainly by extralinguistic factors, such as the perception or importance of the phenomenon; the development of printing techniques, grammatical characterization, and the evolution of scientific studies; and the purpose of producing grammars. Intralinguistic factors, such as linguistic change and variation, are not conclusive.*

---

<sup>1</sup> E-mail: ramon.arend@gmail.com.

Keywords: *Demonstratives; Kimbundu; Bantu; African linguistics.*

## INTRODUÇÃO

Neste artigo, descrevo as interpretações do uso de demonstrativos no kimbundu<sup>2</sup> a partir de suas propriedades dêíticas e pragmáticas e suas interfaces morfossintáticas, tomando como base duas gramáticas do kimbundu, sendo uma do século XVII, a *Arte da língua de Angola, oferecida a Virgem Senhora N. do Rosario, Mãe, e Senhora dos mesmos Pretos, pelo P. Pedro Dias da Companhia de Jesu* (ou *Arte da língua de Angola*), de Pedro Dias (1697); e outra do século XIX, *Grammatica elementar do Kimbundu ou lingua de Angola*, de Heli Chatelain (1889).

As duas gramáticas foram produzidas por falantes não nativos da língua, mas se diferenciam pelo período e pelo local de recolha de dados. Dias (1697) e Chatelain (1889) tiveram auxílio e mantiveram contato com falantes de kimbundu, o primeiro, no Brasil, o outro, em Angola. Parto da hipótese de que elas apresentariam descrições semelhantes sobre o uso dos demonstrativos, mas constatei que têm características distintas em termos semântico-pragmáticos. Dias (1697) descreve um único demonstrativo, enquanto Chatelain (1889), um padrão ternário. Reflito sobre essas distinções e sobre quatro possíveis motivações: (i) percepção ou importância do fenômeno; (ii) mudança ou variação linguística; (iii) desenvolvimento de técnicas de impressão (iv) evolução dos estudos científicos; (iv) objetivo da produção das gramáticas.

Este estudo é dividido em três partes. Na primeira, apresento as discussões teóricas sobre os usos de demonstrativos nas línguas humanas e suas

---

<sup>2</sup> É comum encontrar estudos que usam o termo “quimbundo”, traduzindo para o português (cf. Fiorin e Petter, 2008; ou Alencastro, 2009). Fiz uso da terminologia “kimbundu” por dois motivos: i) porque todas as gramáticas analisadas assim o fazem, possibilitando que localizadores de pesquisa identifiquem a continuidade entre essas gramáticas e a análise; ii) porque o Instituto de Línguas Nacionais, de Angola, formalizou alfabetos de grafia como estratégia de valorização cultural e linguística. Parece-me razoável adotar a nomenclatura estabelecida pelo Estado de Angola, um país que também usa o português como língua oficial.

propriedades dêíticas. Em seguida, faço a caracterização das gramáticas analisadas e estabeleço relações com estudos das línguas africanas realizados no período em que foram produzidas, principalmente estudos do grupo bantu. Na terceira, apresento estudos sobre as gramáticas e analiso, principalmente, o uso de demonstrativos. Por fim, sintetizo os resultados e faço as considerações sobre o estudo.

## 1 DEMONSTRATIVOS E PROPRIEDADES DÊÍTICAS

Levinson (2018) argumenta que há três motivos principais para descrever o uso de demonstrativos nas línguas humanas: 1) tendem a ser aprendidos com mais rapidez na aquisição de segunda língua; 2) são usados com grande frequência em processos comunicativos; 3) são recursos importantes para a formação de novos itens gramaticais, como pronomes. É importante acrescentar outro argumento: todas as línguas humanas têm demonstrativos (Lyons, 1999; Guardiano, 2009).

Demonstrativos normalmente compartilham de duas propriedades semântico-pragmáticas: (i) *definitude*; (ii) *deiticidade* (Lyons, 1999; Levinson, 2018)<sup>3</sup>. As análises sobre a definitude estão relacionadas principalmente a capacidade de diferenciar o uso de artigos indefinidos ao uso de artigos definidos (e de demonstrativos) (cf. Lyons, 1999). Tomando como base a análise de Heim (2011) e de Ionin, Ko e Wexler (2004), assumo que a definitude é um fenômeno pragmático em que o falante tem a intenção em selecionar um objeto na classe de possíveis objetos que estão ancorados em um contexto discursivo, demarcando *pressuposicionalidade*, como nos exemplos em (1)<sup>4</sup>.

---

<sup>3</sup> Embora Lyons (1999, p. 21) considere que demonstrativos sejam dêíticos e definidos, reconhece que nem sempre são dêíticos e nem sempre são definidos.

<sup>4</sup> Heim (2011, p. 1000-1) discute as possibilidades de indefinidos estarem em um DP com traço [+ pressuposição] em contextos específicos, como sujeito de uma sentença predicativa ou em DPs movidos por *scrambled*. Para a autora, independente da possibilidade de indefinidos terem

(1) a. O livro chegou.

b. Um livro chegou.

(Heim, 2011, p. 997-8)

Em (1a), o falante denota um livro único em um conjunto de livros e pressupõe que o ouvinte pode inferir qual é. Há um contexto discursivo-pragmático em que o referente é ancorado, ou pode ter sido mencionado anteriormente ou ainda ter sido indicado gestualmente, entre outras situações. Em (1b), o falante tem a intenção em indicar um livro único em um conjunto de livros em que o ouvinte não pressupõe qual é. O referente é indicado como primeira menção constituindo um contexto de diferentes leituras de referencialidade, como, por exemplo, ser um livro específico.

A deiticidade se manifesta de diversas formas, mas necessariamente está ancorada ao contexto em que o falante situa objetos ou eventos no espaço, tempo ou dentro do próprio discurso. Pode ser expressa por verbos, auxiliares, pronomes, advérbios, mas os principais itens nominais que expressam dêixis são os demonstrativos (Levinson, 2018). “O traço dêítico, normalmente expresso em um demonstrativo, desempenha um papel semelhante ao de apontar, orientando a atenção do ouvinte para o referente” (Lyons, 1999, p. 21).

Em termos morfossintáticos, demonstrativos podem ser formas livres, presas ou clíticas. São tradicionalmente divididos em três subclasses: pronominais (*isso*); adnominais ou adjetivos (*esse livro*); e adverbiais ou reforçadores (*aí, lá*). Levinson (2018) demonstra que essas caracterizações são importantes para resolver confusões, como considerar ou não se advérbios são demonstrativos, por exemplo. Parto da compreensão de que demonstrativos fazem parte da estrutura nominal, seja na condição de núcleo (pronome), seja

---

leitura pressuposicional, para que isso ocorra, é necessário que sejam acionados axiomas que permitam a disposição do falante em julgá-los como valores de verdade.

na condição de modificador (adjetivo ou reforçador), enquanto advérbios são gerados e modificam propriedades dêiticas sentenciais como tempo, modo, entre outras.

Diessel (2006) afirma que demonstrativos têm duas funções: (a) podem indicar a localização de um referente em relação a um centro dêítico; (b) podem coordenar a atenção do ouvinte para um referente. Ou seja, podem denotar um (ou mais) referente e atribuem foco dentro do sintagma nominal, contrastando com outros referentes que fazem parte do contexto, como exemplifico em (2):

(2) Essa casa (aqui) é linda, aquela (lá) não é.

Nos exemplos em (2), os demonstrativos *essa* e *aquela* introduzem referentes no discurso e opõem duas relações dêiticas, indicando proximidade ou distância, com a possibilidade de reforço, respectivamente, por *aqui* e por *lá*<sup>5</sup>.

As línguas estabelecem oposições e contrastes de formas distintas e particulares, mas algumas generalizações podem ser feitas (Levinson, 2018). Diessel (2013) compara dados de 234 línguas com base em análises em gramáticas e constata, em termos aproximados, que: a) 54% fazem contraste de duas formas, como por exemplo no inglês (*this* x *that*); b) 38%, de três, como por exemplo o japonês<sup>6</sup> (*kono* x *sono* x *ano*); c) 3%, de quatro, como hausa<sup>7</sup> (*nân* x *nan* x *cân* x *can*); d) 2%, de cinco, como malgaxe<sup>8</sup> (*itý* x *io* x *iny* x *iroa* x *itsy*); e) 3%, sem oposição, como supyire<sup>9</sup> (*ηgé*).

---

<sup>5</sup> Para uma discussão sobre o quadro de demonstrativos no PB e o uso de reforçadores, consultar Meira e Guirardello-Damian (2018) e Paranhos e Figueiredo (2020).

<sup>6</sup> Língua da família japônica (Dryer; Haspelmath, 2013).

<sup>7</sup> Língua chádica, da família afro-asiática (Dryer; Haspelmath, 2013).

<sup>8</sup> Língua da família austronesiana (Dryer; Haspelmath, 2013).

<sup>9</sup> Língua senufo, da família nigero-congolesa (Dryer; Haspelmath, 2013).

Levinson (2018) argumenta que se deve considerar as oposições tomando como base os reforçadores. Em algumas línguas, como goemai<sup>10</sup>, há o mesmo número e tipos de oposições entre demonstrativos e reforçadores e uns são derivados dos outros. No português brasileiro, é possível que demonstrativos (*esse* e *aquele*) se combinem com reforçadores (*aqui, ali, aí, lá*) para gerar diferentes oposições dêiticas. Outro aspecto importante da descrição de propriedades dêiticas de demonstrativos é a perspectiva da ancoragem (*origo*). O falante pode situar um objeto sobre seu próprio ponto de vista, ou do ouvinte ou de ambos. No português europeu, por exemplo, a distinção entre *este, esse* e *aquele* é relacionada às pessoas do discurso (1º, 2º, 3º), enquanto no alemão (*dieser, der* e *jener*), por exemplo, é relacionada ao grau de proximidade/distanciamento apenas do falante: próximo, menos próximo, distante (Lyons, 1999; Pereira, 2005; Levinson, 2018).

Nesta seção, fiz a exposição das propriedades dos demonstrativos nas línguas humanas a partir de suas propriedades semântico-pragmáticas (definitude, dêixis, focalização) e sintáticas (modificadores ou núcleos da estrutura nominal), explanei sobre suas propriedades morfológicas. Por fim, trouxe análises tipológicas sobre tipos de oposição dêitica e perspectivas da deiticidade (*origo*) que podem variar de uma língua para outra.

## 2 CARACTERÍSTICAS NAS GRAMÁTICAS DO KIMBUNDU ANALISADAS E ESTUDOS DE LÍNGUAS AFRICANAS

As gramáticas do kimbundu analisadas por este estudo foram produzidas nos séculos XVII e XIX, respectivamente, portanto, faço aqui uma breve caracterização de como os estudos das línguas africanas foram produzidos nesses períodos e de como auxiliam para compreender os modelos descritivos adotados por essas gramáticas.

---

<sup>10</sup> Língua chádica, da família afro-asiática (Dryer; Haspelmath, 2013).

Petter e Araújo (2015) demonstram que a ampliação do contato entre povos europeus e africanos, a partir do século XV, possibilitou o reconhecimento de diversas línguas. Os portugueses sistematizaram informações sobre o kimbundu, por exemplo, desde o início do contato. Rosa (2015) afirma que o processo de registro gráfico da língua já tinha sido feito por viajantes, principalmente de topônimos, de antropônimos, de títulos honoríficos e de termos religiosos.

De acordo com Petter e Araújo (2015), a partir do século XVII, os povos europeus passam a descrever as línguas que eram faladas principalmente na região do antigo reino do Congo e do Ndongo, respectivamente, o quicongo e o kimbundu. Rosa (2015, 2019) resgata registros de como as descrições do kimbundu foram produzidas tendo como modelo as gramáticas latinas com os objetivos de converter o *gentio* e de uso político por parte da Coroa Portuguesa para negociações, para questões judiciais e para decisões militares. Durante o processo de ocupação territorial, a Companhia de Jesus (jesuítas) recebeu terras e dízimos e “(...) usou o quimbundo para o fim específico da pregação e da comunicação com os nativos” (Rosa, 2015, p. 11)<sup>11</sup>.

A primeira gramática analisada neste estudo, a *Arte da língua de Angola*, está inserida neste contexto e foi escrita no Brasil por Pedro Dias (1621?-1700), jesuíta, médico, jurista, nascido em Gouveia, em Portugal, mas nunca esteve em Angola<sup>12</sup>. Segundo Fernandes (2015, p. 55), “trata-se da gramática de uma língua africana em contexto missionário e colonial mais estudada até aos dias de hoje”. A gramática (1667) foi produzida com o objetivo principal de ensinar

---

<sup>11</sup> Angenot, Kempf e Kukanda (2011) afirmam que os jesuítas elegeram uma subvariante kimbundu-kahenda, do kimbundu-mbaka, como padrão para evangelizar e alfabetizar povos angolanos.

<sup>12</sup> Sabe-se que Pedro Dias entrou na Companhia de Jesus em 1641. Não se sabe quando chegou ao Brasil e nem em qual porto desembarcou. Supostamente já falava kimbundu em 1663. Em 1664, envia uma carta indicando que está construindo um vocabulário Português-Quimbundo e Quimbundo-Português, mas tais documentos até então não são conhecidos (Rosa, 2015). A gramática (Dias, 1667) foi supervisionada por Miguel Cardoso, jesuíta, angolano e falante de kimbundu, supostamente da variante akwa-luanda (Petter; Araújo, 2015; Fernandes, 2015).

jesuítas a usarem o kimbundu para atividades religiosas (Rosa, 2015). Esse é um registro importante não apenas para comprovar a bilateralidade entre Brasil e Angola<sup>13</sup>, mas também para demonstrar que boa parte do quantitativo de escravizados sequestrados para o Brasil eram falantes de kimbundu, seja como língua materna seja como segunda língua (Rosa, 2015; Petter, Araújo, 2015).

Rosa (2015) realiza a edição diplomática de Dias (1697) e destaca que a ortografia das palavras e expressões são feitas tomando como base tentativas de traduzir os sons para uma escrita latina, de modo que muitas expressões têm representações gráficas diferentes do que é usado atualmente. Além disso, os manuscritos missionários faziam uso de *redução*, em três sentidos: (i) não ser fiel a pronúncia; (ii) padronizar, retirando imprecisões e indefinições; (iii) escolher uma das variantes para servir de modelo.

Em um contexto diferente, a *Grammatica Elementar do Kimbundu ou Língua de Angola*, de Héli Chatelain (1889), é influenciada pelo método histórico-comparativo que se desenvolvia na linguística alemã do século XIX. Petter e Araújo (2015) demonstram que, a partir da segunda metade do século XIX, há ampliação da produção de documentos descritivos sobre línguas africanas. Consequentemente, altera-se também o modo de descrição dessas línguas. Tomando como base modelos do indo-europeu, inaugura-se uma fase protestante predominantemente anglo-alemã, acentuando os objetivos colonizatórios em um processo de ocupação territorial dos interiores da África e de partilha imperialista entre as nações europeias.

Com uso do comparatismo, estudos de línguas africanas constatarem as semelhanças entre algumas delas e passam a agrupar em famílias. Assume-se o termo *bantu* para caracterizar um grupo de mais de 555 línguas faladas por mais

---

<sup>13</sup> O Brasil tenha tido longo vínculo bilateral com algumas regiões da África, como Angola, compartilhando estruturas políticas, administrativas, comerciais, culturais e, entre outras, linguísticas por mais de 3 séculos, que tiveram consequências linguísticas (Negrão, Viotti, 2014).



de 350 milhões de pessoas (Bostoen, de Velde, 2019)<sup>14</sup>. Os estudos de classificação das línguas *bantu* usaram diferentes técnicas, de três tipos: referencial; léxico-estatística; e comparativa (Philippson, Grollemund, 2019). A partir desses estudos, foi possível traçar ancestrais comuns, classificações genéticas e até compreender processos migratórios pré-coloniais na África (cf. Ngunga, 2004; Philippson e Grollemund, 2019).

Em termos classificatórios, ainda é comumente mais aceita a proposta de Guthrie (1971)<sup>15</sup>, identificando as línguas bantu em zonas (A, B, C, D, E, F, G, H, K, L, M, N, P, R e S) que se subdividem em grupos codificados por dezenas (10, 20, 30), tomando como base critérios genealógicos e geográficos. As línguas são codificadas por unidade tendo como critério a inteligibilidade (11, 12, 13), podendo ter o acréscimo de números ou letras maiúsculas para diferenciar (sub)variedades. De acordo com Hammarström (2019), o grupo kimbundu, é identificado como parte da zona H, do grupo 20, ou seja, H20, tendo 4 unidades distintas: H21, com duas (sub)variedades inteligíveis, kimbundu (ou mbundu)<sup>16</sup> (H21A) e kimbamba (ou njinga) (H21B); kiasama (H22); kibala (ou libolo) e haka (H23); e Songo (H24). Com relação às variedades do kimbundu (H21), Angenot, Kempf e Kukanda (2011) listam nove principais: mbaka; ntemo; puna; jinga; kadi; mbamba; sende; dembo e lwangu.

Em termos tipológicos, as línguas bantu tipicamente têm sistema tonal denso, diferenciando tons altos e baixos. São conhecidas por serem aglutinantes e por possuírem um rico sistema de classes nominais e alto número de distinções de tempo passado e futuro. Além disso, têm livre alterações de

---

<sup>14</sup> Entre os estudos, há divergências quantitativas de línguas bantu. Guthrie (1971) lista 440; Maho, 660, e assim por diante. As divergências decorrem da emergência de novas línguas e da dificuldade de diferenciar línguas de dialetos (consultar Bostoen e de Velde, 2019).

<sup>15</sup> Ngunga (2004) e Philippson e Grollemund (2019) demonstram algumas arbitrariedades na proposta de Guthrie (1971) que estabelece algumas zonas extremamente heterogêneas como partes de uma mesma origem genealógica, como, por exemplo, nas línguas da zona S.

<sup>16</sup> Rosa (2019) discute como algumas terminologias (como *mbundu*, *ambundu*, *bunda*) foram usadas nas descrições da língua feitas por estrangeiros no século XIX, mas, desde os estudos de Chatelain (1889), usa-se kimbundu (ou quimbundo) para designar a língua e o povo que a fala.

ordem de constituintes condicionada por propriedades pragmáticas e têm um padrão de ordem nominal rígido (Ngunga, 2004; Bostoen, de Velde, 2019).

Para realização da gramática, Heli Chatelain participou de missões metodistas com a função de conhecer e descrever línguas. Esteve em Angola por quatro vezes. Em suas visitas às áreas do interior, principalmente Matamba, coletou dados de vocabulário e de contos de tradição oral e compreendeu as estruturas gramaticais da língua. O texto de Chatelain (1889) foi recepcionado entre os especialistas com elogios pelo seu profundo conhecimento e por se alinhar a abordagens contemporâneas da linguística (Rosa, 2019)

De acordo com Rosa (2019), uma parcela da população angolana, incluindo grupos com mais recursos financeiros, tinham interesse em valorizar a própria cultura e as línguas locais, incentivando que a população escolarizada e alfabetizada em português aprendesse e se alfabetizasse nas línguas locais. A gramática servia a esse intuito, além disso, era importante instrumento para continuidade das atividades de catequese e para transações comerciais.

As duas gramáticas analisadas neste estudo estão vinculadas com objetivos descritivos para fins colonizatórios, principalmente relacionados à catequização. Enquanto a primeira tinha o latim como modelo descritivo, a segunda fazia uso de análises científicas do método histórico-comparativo.

### 3 ANÁLISE DAS DESCRIÇÕES DE DEMONSTRATIVOS EM *ARTE DA LÍNGUA DE ANGOLA*, DE PEDRO DIAS

Dias (1697) reconhece a existência de formas morfológicas nominais, denominadas por ele de *partículas*, que concordam em número (singular e plural). “Não tem esta lingua declinações, nem casos: mas tem sigular, & plural (...)” (Dias, 1697, p. 4). “Para a Linguística Africana, o trabalho de Dias tem uma grande importância, porque, opondo-se ao modelo latino de ‘casos’, encerra o debate sobre a interpretação das classes nominais” (Petter; Araújo, 2015, p. 34).

“Dias descreveu a estrutura morfológica do quimbundo lançando mão apenas de letras e sílabas.” (Rosa, 2019, p. 95). Ressalto que alguns grupos de concordância são expressos em complementariedade com o conteúdo semântico. Por exemplo, de acordo com Dias (1697), nomes de grupos *racionais*<sup>17</sup>, iniciados pelas sílabas “mu(sg)” / “a(pl)”, pertencem a humanos ou ofícios; e nomes não racionais, portanto, não humanos, são iniciados pelas sílabas “mu(sg)” / “mi(pl)”, conforme exemplos em (3) e em (4)<sup>18</sup>:

(3) mulambi / alambi  
Cl1-cozinheir(o/a) / Cl2-cozinheir(o/a)  
“cozinheir(o/a)” / “cozinheir(o/a)s”

(4) mulonga / milonga  
Cl3-palavra / Cl4-palavra  
“palavra” / “palavras”

(Dias, 1667, p. 7)

Quanto à caracterização das relações de concordância, Dias (1667, p. 4-10 e 35-37) reconhece a concordância com adjetivos, genitivos, relativos e demonstrativos com o acréscimo da “partícula” normalmente antecedendo esses elementos. Adverte que trocar a partícula por outra na relação de concordância não altera o significado, mas não é uma forma culta e alguns tradutores (línguas) realizam mudanças. Caracteriza 8 partículas para o singular e 4 para o plural. “Tem doze particulas para adjectivar o sustantivo com os adjectivos. Oito saõ para o singular. v. g.. Ri, v, i, qui, ca, cu, lu, tu. Para o

---

<sup>17</sup> Termo usado pelo autor (1697) para descrever propriedades humanas.

<sup>18</sup> Significado das siglas das glossas:

1SG -Primeira pessoa do singular

3SG - Terceira pessoa do singular

Cl – Classe

DEM – Demonstrativo

PL – Plural

PRE - Presente

PPR - Pré-prefixo

SUB - Subjuntivo

plural são as seguintes: A, i, gi, tu” (Dias, 1667, p. 8)<sup>19</sup>. O mesmo padrão é descrito para a concordância com estruturas genitivas, com relativas e para demonstrativos.

Com relação aos demonstrativos e a deiticidade, Dias (1697, p. 9-10) dedica poucas linhas para exemplificá-los. Apresenta as distinções latinas de *hic* (1º pessoa, ou *este*) e de *iste* (2º pessoa ou esse), mas descreve apenas um único demonstrativo que ocorre pós-nominal. Esse demonstrativo concorda com o nominativo com o acréscimo de partículas adjungidas à ele à direita e varia em forma: (i) pode ser iniciado por /o/ quando não há a vogal /i/ nas partículas de concordância (*ou, oca, oca, oca, oca, oca*, etc); (ii) ou pode ser iniciado por /e/ quando acompanhado de partículas de concordância contendo /i/ (*eri, ei, equi*). Os exemplos em (5a) e (5b), a seguir, apresentam as duas formas, respectivamente:

(5) a. *mulongaou*

Cl3-palavra=DEM [+prox, 1ps]

“esta palavra”

b. *milongaei / milonguei*

Cl4-palavra=DEM [+prox, 1ps]

“estas palavras”

(Dias, 1697, p. 9)

Dias (1667) apresenta (5a) como um exemplo com a palavra *mulonga*, com o demonstrativo pós-nominal (*ou*) que é formado pela partícula de concordância *-u* mais o demonstrativo em sua forma *o-*. Quando a palavra está no plural, *milonga*, em (5b), o demonstrativo assume a forma *-ei*, concordando com núcleo que o antecede. As traduções dos exemplos revelam que as duas variações têm o mesmo significado (“este/esta”) mesmo que o autor realize uma

---

<sup>19</sup> O autor não apresenta nenhum exemplo de concordância com “tu” para o singular, embora liste em diversos momentos como um marcador de singular.

apresentação análoga aos demonstrativos *hic* e *iste*, do latim. O demonstrativo é sempre pós-nominal e pode ser concatenado ao nome ou não.

Dias (1667, p. 10) adverte a possibilidade de uso de reduplicação para o demonstrativo, como em (6):

(6) quima**quiequi**

CL7-coisa=DEM[+prox, 1ps]

“esta cousa”

(Dias, 1667, p. 10)

Em (6), o demonstrativo é concatenado ao núcleo e consiste na reduplicação da partícula de concordância *qui*, para *quima*. Em outras partes da gramática (Dias, 1667, p. 34), há exemplos de outra forma de demonstrativo com a vogal /a/, representando o mesmo sentido de proximidade:

(7) momaca                      **aá**              amba      atu              ayari

CL16-CL6-conversa    CL6.DEM    CL6-falam    CL2-pessoa    CL2-dois

“duas pessoas falam nestas práticas”

(Dias, 1667, p. 34)

Ao explicar a possibilidade do nominativo ser pós-posto ao verbo, Dias (1667) traz um exemplo que parece ser de inversão locativa, em (7). O demonstrativo usado para concordar com *maca* é *aá*. Não se explica por que essa forma não é antecedida por E- ou O-, nem se é uma reduplicação, mas traduz como um demonstrativo que indica proximidade do falante.

Dias (1667) não descreve advérbios de local ou reforçadores, mas é possível perceber seus usos em alguns exemplos, como em (8):

(8) a. Petolo üaquexi**boba**              maza**urinha**.

Pedro 3SG-estar.SUB=aqui ontem

“Pedro esteve aqui ontem”

b. Ngana üacâla bebi? üacala boba

Cl5-senhor 3sg-estar.PRE onde 3SG-estar.PRE aqui

“Onde está o senhor? R: Está aqui.” (Dias, 1667, p. 40 e 46)

Nos exemplos em (8), *boba (aqui)* é usado após o verbo, sendo que em (8a) é representado como se estivesse na mesma palavra. Chama atenção que os exemplos foram retirados de trechos onde apresenta o uso de advérbios de tempo e de preposições locativas. Em (8a), Dias (1667, p. 46-7) reconhece que *inha* é acrescentado ao advérbio *maza* para identificar um dia anterior (anteontem), mas não caracteriza como um demonstrativo. Dias (1667, p. 39-40 e 43-4) descreve a existência de três preposições (*bo, co, mo*) que podem ser acrescentadas a *ebi* para formar uma interrogativa de local. Essas preposições são usadas para indicar *em* quando os verbos não expressam ação ou, nos verbos de movimento, indicam *ad*. No entanto, o autor não reconhece que a mesma inicial (*bo*) é usada na preposição, no advérbio e na forma de demonstrativo que concorda com a classe locativa.

Em resumo, Dias (1667) dedica pouca atenção para apresentar e exemplificar o uso dos demonstrativos, secundariza suas propriedades semânticas, bem como não correlaciona esses possíveis usos com advérbios e com preposições. A gramática apresenta existência de apenas um único demonstrativo e não fica explícito como ocorre marcação de definitude, mas é possível observar que coocorre com o aumento *o-*, que é caracterizado como similar a artigos (Dias, 1697, p. 33)<sup>20</sup>. Como demonstra Diessel (2013), algumas línguas fazem uso de apenas um único demonstrativo, mas tendem a usar advérbios ou reforçadores para estabelecer contraste.

<sup>20</sup> eme nga-gib-ile o-mutu-ou  
eu 1sg-matar-PAS PPR-pessoa-DEM  
“eu matei a pessoa esta” (tradução e exemplos de Dias, 1667, p. 31)

Parece que Dias (1667) não percebeu ou não teve a intenção de registrar outros demonstrativos, pois não fez a oposição dêitica entre /o/, (5a), e /ei/, (5b), que parecem ser dois demonstrativos diferentes, e não reconheceu *-inha* (demonstrativo distal), em (8a). Fatos que podem ser explicados por: (i) não ser falante nativo; (ii) não ser importante para a atividade jesuítica; (iii) priorizar outras descrições, como de verbos e de nomes; (iv) fazer uso de modelos de gramáticas que não abordavam o tema com profundidade; (v) selecionar uma variante que fizesse uso de apenas um único demonstrativo.

Com relação a variante analisada por Dias (1667), Angenot, Kempf e Kukanda (2011) defendem que ele descreveu o kimbundu com base no dialeto akwa-kahenda<sup>21</sup>, tal como era prática dos jesuítas. Para isso, fazem uma comparação lexical e fonética das expressões da gramática com as variedades de kimbundu-mbaka e encontram semelhanças, comprovando essa aproximação. Acredito que o estudo das atuais variantes pode ajudar, mas deve-se levar em conta a possibilidade de existência de mudanças linguísticas e de contato linguístico, bem como é importante verificar outros aspectos para além do léxico e da fonética. Ainda que Dias (1667) tenha se esforçado para padronizar o kimbundu tomando como modelo uma única variante, os dados analisados aqui, de demonstrativos, parecem revelar que a descrição não tinha interesse em ser fiel ao uso concreto, mas em simplificar um modo de língua que cumpra a função de ser importante para atividade de catequese, tal como discutido por Rosa (2015) e Petter e Araujo (2015).

---

<sup>21</sup> Fernandes (2015), no entanto, compreende a missão de Santo António de Cahenda estava sob tutela dos Capuchinhos, não dos Jesuítas.

#### 4 DEMONSTRATIVOS E ADVÉRBIOS NA *GRAMMATICA ELEMENTAR DO KIMBUNDU OU LINGUA DE ANGOLA*, DE HELI CHATELAIN

Chatelain (1889) inicia o texto com notas preliminares sobre o kimbundu: (I) definições terminológicas; (II) descrição de dialetos e variedades que constituem o grupo, a relação com variedades geograficamente e linguisticamente próximas tanto do kimbundu como do kixicongo<sup>22</sup>; (III) caracterização linguística do kimbundu e comparação com outras línguas do grupo bantu; (IV) resgate das descrições e traduções escritas do kimbundu para línguas e ortografias latinas; (V) importância da literatura oral para compreensão do kimbundu. Em seguida apresenta a oração do “pai nosso” pelas diferentes traduções e no kimbundu moderno e questões de pronúncia.

Em seguida, o autor (1889) descreve a marcação de dez classes nominais, três classes locativas e suas marcas de concordância em pares de singular e de plural. Os valores semânticos são descritos na maioria das classes, com indicações de mudanças diacrônicas na língua, com alguns usos mais ampliados. De acordo com Chatelain (1889, p. 27-9), no kimbundu, há três demonstrativos que concordam em número e em classe com os substantivos, opondo-se com relação ao distanciamento: existe uma forma para proximidade imediata (reduplicação)<sup>23</sup>, outra para pouca distância (-o) e uma última para distância considerável (-na). Em (9), apresento exemplos de seus usos e concordâncias nas classes I<sup>24</sup>:

---

<sup>22</sup> Nessa parte assume que faz uso de duas principais variantes, de *Loanda* e dos sertões, de *Ambaca*, mas que dá preferência a primeira. Ressalta que há diferentes avaliações, em termos sociolinguísticos, sobre as variedades, com maior ou menor aceitação entre os falantes (cf. Moraes, 2020).

<sup>23</sup> Ocorre a reduplicação do prefixo de concordância em todas as classes, com exceção das classes I, II e V, seguindo a numeração indicada pelo autor.

<sup>24</sup> Chatelain (1889, p. 27) faz a correspondência a *este*, *esse* e *aquele*, do português. Por isso, fiz uso de *esta* nos exemplos de (9) a (11).



- (9) a. kim' **eki** (ou **kiki**) / im' **eii** (ou **iiii**)  
 Cl7-coisa Cl7.DEM[+prox] / Cl8-coisa Cl8.DEM[+prox]  
 “esta coisa (aqui)” / “estas coisas (aqui)”
- b. kim' **okio** (ou **kiokio**) / im' **oio** (ou **ioio**)  
 Cl7-coisa Cl7.DEM[-prox] / Cl8-coisa Cl8.DEM[-prox]  
 “essa coisa (ali)” / “essas coisas (ali)”
- c. kima **kiná** / ima **iná**  
 Cl7-coisa Cl7.DEM[+dist] / Cl8-coisa Cl8.DEM[+dist]  
 “aquela coisa” / “aquelas coisas” (Chatelain, 1889, p. 28)

Nos exemplos em (9), há construções no singular e no plural dos demonstrativos indicando diferentes relações de aproximação ou de distanciamento. Em (9a), *'eki* (ou *kiki*)/ *'eii* (ou *iiii*) são usados para indicar objeto(s), ((*k*)*ima* ou (*k*)*im'*), imediatamente próximo(s) ao falante. Em (9b), *kiokio/oio* são formados pela marca morfológica de concordância da classe (*ki-/i-*) seguido de *-o*, indicando coisa(s) não imediatamente próxima(s) do falante, mas não tão distante(s). Em (9c), *kiná/iná* indicam objeto(s) distante(s) do falante e são formados pelo morfema de concordância da classe mais o demonstrativo *-ná*. O demonstrativo de proximidade tende a ser uma reduplicação do morfema de concordância enquanto os outros dois demonstrativos ([*-prox*] e [*+dist*]) são formados pelo acréscimo da concordância a *-o* e *-ná*, respectivamente.

Chatelain (1889, p. 27-9) afirma que os demonstrativos podem ser adjetivos (acompanhando o nome) ou podem ser pronominais, tendo definição semelhante a estudos contemporâneos (cf. Diessel, 1999). Nas variedades de “Loanda” e do “Sertão”, há variação. Na segunda, a forma adjetiva e pronominal é sempre inteira (livre) (ex., *kima kiki*). Na primeira, a forma pronominal é inteira e a adjetiva é resultado de apócope (ex., pronominal *kima kiki* x adjetiva *kim'eki*). O autor não explicita quais são os exemplos de uma ou

de outra variante, mas a partir dos exemplos em (9a), é possível deduzir que *'eki*, *'eii*, são resultados de apócope com abaixamento da vogal /i/ (*kima* + *kiki* > *kim'eki*). Em (9b), ocorre processo semelhante, mas além da apócope, há apagamento do prefixo reduplicado /ki/ (*kima* + *kiokio* > *kim'okio*) ou /i/ (*ima* + *ioio* > *im'oio*).

Em todas as sentenças exemplificadas, o demonstrativo adnominal ocupa a posição pós-nominal, podendo estar em coordenação, como ocorre em (10).

- (10) Eme ngibeka            o    uanda    iú                            anga iuná?  
 Eu 1SG.PRES-trazer PPR Cl14-rede Cl1.DEM[+prox] ou Cl1.DEM[+dist]  
 “Eu trago esta rede (aqui) ou aquela?”  
 (Chatelain, 1889, p. 29)

Em (10), o demonstrativo *iú* é coordenado ao demonstrativo *iuná*, indicando contraste entre uma rede imediatamente próxima e uma rede distante do falante<sup>25</sup>. Cabe destacar que na sentença há o uso de *o* antecedendo *uanda* que coocorre com o demonstrativo na mesma estrutura nominal.

O autor (1889, p. 27-9) afirma que há também diferenças sintáticas entre as variedades de kimbundu (Loanda e Sertão) com relação a posição do demonstrativo pronominal na oração, mas não explicita como é. Os únicos exemplos em que eles podem ocupar posições distintas são em situações de contraste, em períodos compostos por coordenação, mas não se pode deduzir se há diferença de significado, em termos de atribuição de foco.

- (11) a. **Lulu**            lumbu    luetu, malumbu menu    **maná**.  
 DEM[+prox] Cl11-cerca nossa Cl6-cerca de.vocês DEM[+dist]

<sup>25</sup> Chatelain (1889) caracteriza *o* como um artigo definido. Nos estudos de outras línguas do grupo bantu (De Velde, 2019), *o-* é caracterizado como aumento ou pré-prefixo (PPR), podendo marcar especificidade.

“Essa é nossa cerca, as cercas de vocês são aquelas”.

b. **Iá**                      an'ami,                      **ianá**                      an'é.

CI2.DEM[+prox] CI2-criança-minha CI2.DEM[+dist] CI2-criança-tua

“Estas são minhas crianças, aquelas são as tuas”.

c. O **kialu**                      kienu                      **kiki**,                      o **kiami**                      **kiná**.

PPR CI7-cadeira de.vocês DEM[+prox] PPR meu                      DEM [+dist].

“A cadeira de vocês é essa, a minha é aquela”

(Chatelain, 1889, p. 27 e 29)

Em (11a) o demonstrativo pronominal *lulu* indica uma cerca próxima ao falante e ocupa a posição inicial da primeira oração, exercendo a função sintática de sujeito em que todos os elementos posteriores estabelecem relação de concordância. Na oração coordenada, o demonstrativo pronominal *maná* ocorre em posição final, modificando o sujeito (*malumbe menu*). Em (11b), o demonstrativo pronominal *iá* é o sujeito e estabelece contraste com o demonstrativo da oração coordenada *ianá* que também é sujeito. No último exemplo, os demonstrativos *kiki* e *kiná* ocupam a posição final, modificando o sentido do sujeito, *kialu*. Destaco que (11c) se diferencia dos exemplos anteriores por não expressar o núcleo do sintagma nominal e por ter pré-prefixos.

Cabe discutir também sobre a caracterização e a relação entre demonstrativos, classes locativas, advérbios de lugar e de tempo. De acordo com Chatelain (1889, p. 65 e 87), no kimbundu, há três classes nominais locativas, *mu-*, *bu-* e *ku-*<sup>26</sup> que estabelecem relações dêiticas de oposição. Elas podem ser reduplicadas ou combinadas com demonstrativos, formando advérbios de lugar, por exemplo, e podem expressar três relações de oposição

---

<sup>26</sup> Chatelain (1889, p. 87-8) caracteriza as consoantes /m/, /b/ e /k/ como marcas fonológicas que introduzem uma preposição locativa. Essa preposição se comporta como uma classe locativa ao ser acrescentada diante de uma raiz nominal.

(interior, intermediária e exterior) em duas séries: uma voltada para o falante e outra voltada para o objeto.

De acordo com o autor (1889, p. 65), na primeira série, voltada para o falante, usam-se vogais para expressar relações de oposição. As vogais /u/ ou /a/ indicam objetos que estão imediatamente próximos de quem fala, *esfera interior*; o uso de demonstrativo -o indica objetos que estão um pouco distante de quem fala, *esfera intermediária*; a terminação em -ná indica objetos que estão distantes do falante, *esfera exterior*.

(12) a. **mumu**

“aqui dentro”

b. **momo**

“ali dentro”

c. **muná**

“lá dentro”

(Chatelain, 1889, p. 67)

Segundo Chatelain (1889, p. 67), a segunda série de localização dêitica de advérbios tem como centro o objeto de qual se fala e é marcado por consoantes. As consoantes /m/, /b/ e /k/ representam, respectivamente, a localização de algo que está contido no objeto, *esfera interior*; que está em contato com a superfície do objeto, *esfera intermediária*; e que está próximo, mas fora ou separado do objeto, *esfera exterior*, conforme exemplos em (13), e em (14) elaboro um quadro dos usos desses advérbios:

(13) a. **muná**

“lá dentro”

b. **baná**

“lá sobre”

c. **kuná**

“lá junto”

(Chatelain, 1889, p. 67)

(14)

Objeto \ Falante	interior [+prox]	interm. [-prox]	exterior [+dist]
interior (dentro)	mumu	baba	kuku
intermediária (sobre)	momo	bobo	koko
exterior (junto)	muná	buná	kuná

(adaptado de Chatelain, 1889, p. 67)

Ou seja, de acordo com Chatelain (1889, p. 67), advérbios de lugar são formados da combinação entre as classes nominais locativas com reduplicação (ex. *mumu*) ou com a acréscimo dos demonstrativos *-o* e *-ná*, mantendo propriedades de deiticidade, como o grau de distanciamento do falante e acrescentando outras, como o grau de aproximação do objeto.

Para o autor (1889, p. 89), *mu-*, *bu-* e *ku-* também atuam como prefixos de classes nominais locativas, indicando respectivamente, algo que é interior, que está acima ou próximo de um objeto, podendo coocorrer com demonstrativos, como nos exemplos em (15):

(15) a. *mu'xi*    **umu**

em-terra DEM [+prox]

“Nesta terra [dentro] (aqui)”

b. *bu kiriri*    **obo**

em Cl7-lugar DEM [-prox]

“Nesse lugar [em cima] (ali)”

c. *ku bata*    **kuná**

em Cl5-casa DEM [+dist]

“Naquela casa [em volta]”

(Chatelain, 1889, p. 88)

Chatelain (1889) afirma que os advérbios de lugar, exemplificados em (14) são originados dos pronomes demonstrativos que concordam com os prefixos locativos, exemplificados em (15), assumindo a forma adverbial. Em outras palavras, os demonstrativos de classes nominais locativas deram origem a advérbios de lugar, tendo menos formas variáveis, em termos de quantidade.

Além das relações de localidade, de acordo com Chatelain (1889, p. 66-7), os demonstrativos no kimbundu também podem compor formas adverbiais de tempo, mantendo graus distintos de distanciamento do momento da fala.

(16) a. mungur**iná**

amanhã-aquele

“depois de amanhã”

b. mazar**iná**

ontem-aquele

“antes de ontem”

(Chatelain, 1889, p. 67)

Nos exemplos em (16), o demonstrativo *-ná* compõe com o advérbio (*mungu* ou *maza*) uma nova expressão adverbial para indicar tempo mais distante em relação ao momento da fala. Chatelain (1889) não traz exemplos de possibilidade de uso de demonstrativos em outras situações para indicar passado ou futuro com o uso de demonstrativos (por exemplo, *aquele dia*).

A gramática de Chatelain (1889) traz exemplos e descrições sobre diversas estruturas gramaticais, e os demonstrativos são apresentados estabelecendo relações com advérbios e com classes nominais. Quanto às propriedades semânticas e pragmáticas, demonstrativos se opõem em três relações contrastivas distintas (proximidade, proximidade medial e distância), tendo como *origo* apenas o falante, tal como ocorre no alemão (Diessel, 2013).

Chatelain (1889) descreve demonstrativos como adnominais e pronominais, tal como tem sido discutido contemporaneamente na literatura sobre o tema (Levinson, 2018). Não é possível depreender análises sobre o caráter da definitude de demonstrativos, mas Chatelain (1889) apresenta dados em que há coocorrência com *o*, que é considerado pelo autor (1889) como um artigo, podendo pressupor que demonstrativos tendem a estabelecer apenas relações de deiticidade, não estabelecendo relações de definitude, diferente das generalizações feitas por Lyons (1999).

Cabe ressaltar que o autor (1889) afirma e busca descrever processos de variação linguística e de mudança da língua. A capacidade descritiva da gramática pode ser explicada por: (i) ter objetivos voltados não apenas para a atividade missionária, mas para preservação e valorização da língua; (ii) ter estabelecido contato com diversas variantes, aparentando ser fluente na língua; (iii) estar em um contexto de avanços tipográficos e científicos, com uso de métodos da linguística comparativa.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste estudo, descrevi interpretações diferentes sobre o uso de demonstrativos em duas gramáticas do kimbundu, sendo uma produzida no século XVII e outra no século XIX. Dias (1667) descreve a existência de apenas um demonstrativo para indicar proximidade do falante e não correlaciona com advérbios ou reforçadores, como tem sido comum na literatura sobre o tema (cf. Levinson, 2018). Chatelain (1889) descreve um sistema de três demonstrativos que marcam oposição em relação perspectiva do falante, tal como observado no alemão (Lyons, 1999). Esse sistema ternário é comum aos advérbios e às preposições. Parece que Dias (1667) ou não percebeu o uso de mais de um demonstrativo ou, mais provável, não considerou descrever, e essa escolha parece ser motivada por fatores externos à língua.

As duas gramáticas não trazem considerações sobre a marcação de definitude em demonstrativos, mas há possibilidade de coocorrência com o PPR *o-*, que é caracterizado como artigo definido nas duas gramáticas (Dias, 1667, p. 31; e Chatelain, 1889, p. 1-2). Essa análise leva a pressupor que o demonstrativo não marca definitude, contrariando Lyons (1999)<sup>27</sup>.

Algumas hipóteses interlinguísticas podem ser levantadas para entender a diferença entre as gramáticas, uma delas é a possibilidade de tomarem como base variantes do kimbundu. Nas duas gramáticas, o demonstrativo é pós-nominal, concorda em classe e pode ser acoplado ao nome ou não. Chatelain (1889) observa que a possibilidade de afixação distingue a variante de Luanda da do Sertão. Dias (1667) representa os demonstrativos adjungidos ao nome em 9 dos 14 exemplos, e afirma ter a possibilidade de alteração fonológica por crase<sup>28</sup>. Assim, parece que Dias (1667) teve acesso, principalmente, à variante de Luanda, mas não se pode concluir isso apenas com esses dados, é necessário fazer a análise com base em outras propriedades linguísticas.

Outra hipótese é a da mudança linguística, mas parece que essa não se confirma porque a análise de Dias (1667) não é conclusiva sobre a existência de apenas um demonstrativo, pois: (i) traz exemplos com *-inha (aquele)*, mas não descreve como um demonstrativo; (ii) descreve mais de uma preposição locativa, mas não se ocupa em demonstrar como se opõem; (iii) descreve um demonstrativo (*este*) que varia em duas formas fonológicas, diferente de

---

<sup>27</sup> O caráter pragmático do PPR é tema de investigações e de divergências na linguística africana contemporânea, eu considero, tal como De Velde (2019), que PPR é um marcador de especificidade, portanto a interpretação de Lyons (1999) não é invalidada por isso. Ao mesmo tempo, concordo com Guardiano (2009) ao considerar que demonstrativos pós-nominais tendem a não marcar definitude.

<sup>28</sup> Parece que Dias (1667) fez uso do termo “crase” para explicar processos de apagamento de vogais, tal como exemplificado por Chatelain (1889) nos exemplos representados em (9). A representação gráfica da alteração fonológica pode ser explicada pela possibilidade de adoção de modelos tipográficos da época em que a noção de espaço entre palavras era de um universo da escrita ainda em constituição no século XVII (cf Rosa, 2015). Ao mesmo tempo, Dias (1667) reconhece a possibilidade de alteração fonológica com o demonstrativo se afixando ao nome, como em (6b).



Chatelain (1889) que descreve duas formas fonológicas para dois demonstrativos que se opõem em termos de aproximação do falante (*aqui* x *ali*).

Acredito que a interpretação de Chatelain (1889) tende a se aproximar mais do uso real do kimbundu porque: (i) foi elaborada com o intuito não apenas de ensinar, mas de preservar e de valorizar um registro da língua; (ii) fez uso de técnicas e de análises que dialogam com as abordagens de sua época, reconhecendo características de uma língua aglutinante; (iii) foi influenciada pelo desenvolvimento da tipografia, caracterizando mais noções como palavras, afixos e construções sintáticas. Ao mesmo tempo, não se pode concluir que a descrição de Chatelain (1889) corresponde exatamente aos usos de demonstrativos no kimbundu, pois não se analisa a possibilidade de coocorrência com o aumento (*o-*). Levinson (2018) afirma que os dados de demonstrativos descritos em gramáticas tendem a conter muitos erros e considera necessário ter um estudo de campo. Esse é um limite deste estudo e um caminho para agendas futuras.

Este estudo tem como objetivo principal contribuir para a descrição e a reflexão sobre as classificações tipológicas de línguas africanas, a partir de fenômenos da interface sintático-pragmática. Acredito que pode contribuir também para a compreensão do português brasileiro tendo em vista o contato ocorrido entre o português e o kimbundu no processo de formação do Brasil.

## REFERÊNCIAS

ALENCASTRO, L. F. de. Os africanos e as falas africanas no Brasil. In: GALVES, C.; GARMES, H.; RIBEIRO, F. R. (orgs.). **África-Brasil: caminhos da língua portuguesa**. Campinas: Editora da Unicamp, p. 15-25. 2009.

ANGENOT, J.; KEMPF, C. B.; KUKANDA, V. Arte da Língua de Angola de Pedro Dias (1697) sob o prisma da Dialetoлогия Kimbundu. **Papia**, n. 21, v. 2, 2011, p. 231-252.

BOSTOEN, K.; de VELDE. M. V. Introduction. In: de VELDE. M. V. **The Bantu Languages**. 2. ed. Londres/ New York: Routledge, 2019.

CHATELAIN, H. **Grammatica Elementar do Kimbundu ou Língua de Angola**. Genebra: Typographia de Charles Schuchardt. 1888-1889.

DIAS, Pedro, S.J. **Arte da lingva de Angola**,/ oeferecida [sic]/ a Virgem Senhora N. do/ Rosario, Mãy, & Senhora dos mesmos/ Pretos. Lisboa: Officina de Miguel Deslandes, Impressor de Sua Magestade. Anno 1697.

DIESSEL, H. **Demonstratives: form, function, and grammaticalization**. Philadelphia: Amsterdam, 1999.

DIESSEL, H. Demonstratives, joint attention, and the emergence of grammar. **Cognitive Linguistics**, n. 17, v. 4, p. 463-489, 2006.

DIESSEL, H. Distance contrasts in demonstratives. In: DRYER, M. S.; HASPELMATH, M. (orgs.). **The world atlas of language structures online**. Leipzig: Max Planck Institute for Evolutionary Anthropology, 2013.

DRYER, M. S.; HASPELMATH, M (eds.). **WALS Online (v2020.3)**, Zenodo, 2013. Acessado em: 22 de abril de 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.5281/zenodo.7385533>

FERNANDES, G. Primeiras descrições das línguas africanas em língua portuguesa. **Confluência**. n. 49, p. 43-67, 2015.

FIORIN, J. L.; PETTER, M. **África no Brasil: a formação da língua portuguesa**. São Paulo: Contexto. 2008.

GUARDIANO, C. **The syntax of demonstratives: A parametric analysis**. Comunicação apresentada no 19th Colloquium on Generative Grammar, 2009, Vitoria-Gasteiz.

GUTHRIE, M. **Comparative Bantu: An Introduction to the Comparative Linguistics and Prehistory of the Bantu Languages**. Volume 2: Bantu Prehistory, Inventory and Indexes. London: Gregg International. 1971.

HAMMARSTRÖM, H. An inventory of Bantu languages. In: de VELDE. M. V. (org.). **The Bantu Languages**. 2. ed. Londres/New York: Routledge, 2019.

HEIM, I. Definiteness and indefiniteness. In: von HEUSINGER, K.; MAIENBORN, C.; PORTNER, P. (orgs.). **Semantics: An international Handbook of Natural Language Meaning**. v. 2, Berlim: De Gruyter, 2011, p. 1025-1058.

IONIN, T.; KO, H.; WEXLER, K. Article Semantics in L2 Acquisition: The Role of Specificity. **Language Acquisition**, v. 12, n. 1, p. 3-69, 2004.

LEVINSON, S. C. Introduction: demonstratives: patterns in diversity. IN: LEVINSON, S. C. et al. (orgs.). **Demonstratives in Cross-Linguistic Perspective**. Cambridge: Cambridge University Press, 2018. p. 1-42.

LYONS, C.. **Definiteness**. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.

MAHO, J. F. A Classification of the Bantu Languages: An Update of Guthrie's Referential System. In: NURSE, D.; PHILIPPSON, G. (orgs.). **The Bantu Languages**. London; New York: Routledge, 2003. p. 639-651.

MEIRA, S.; GUIRATDELLO-DAMIAN, R.. Brazilian Portuguese: Non-contrastive exophoric use of demonstratives in the spoken language. IN: LEVINSON, S. C. et al. (orgs.). **Demonstratives in Cross-Linguistic Perspective**. Cambridge: Cambridge University Press. 2018. p. 116-33.

NEGRÃO, E. V.; VIOTTI, E. Brazilian Portuguese as a transatlantic language: Agents of linguistic contact. **InterDISCIPLINARY Journal of Portuguese Diaspora Studies**, v. 3, n. 1, 2014. p. 135-154.

NGUNGA, A. **Introdução à linguística Bantu**. Maputu: Imprensa Universitária, 2004.

PARANHOS, R. A.; FIGUEIREDO, C. Os Demonstrativos e os sistemas de situacionalidade na comunidade rural afro-brasileira de Helvécia. In: FIGUEIREDO, C. et al. (orgs.). **Língua em movimento**. Salvador: Edufba, 2020. p. 103-127.

PEREIRA, H. B. **"Esse" versus "este" no Português Brasileiro e no Europeu**. 2005. 109f. Dissertação (Mestrado em Filologia e Língua Portuguesa) – Universidade de São Paulo, São Paulo.

PETTER, M.; ARAUJO, P. P. Linguística Africanas: passado e presente. PETTER, M. (org.). **Introdução à Linguística Africana**. São Paulo: Contexto, 2015.

PHILIPPSON, G.; GROLLEMUND, R. Classifying Bantu languages. In: De VELDE. M. V. **The Bantu Languages**. 2. ed. Londres/New York: Routledge, 2019.

ROSA, M. C. **Pera saberem pronunciar o que acharem escrito: ler quimbundo, língua estrangeira, no século XVII**. 2011. 173f. Tese (Progressão docente para a Classe E, denominada Professor Titular) - Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro.

ROSA, M. C. O quimbundo em cinco testemunhos gramaticais. **Confluência**, n. 56, p. 55-113, 2019.

De VELDE, M. Nominal Morphology and syntax. In: De VELDE. M. V. (org.). **The Bantu Languages**. 2. ed. Londres/New York: Routledge, 2019.

Nota do editor:

Artigo submetido para avaliação em: 05 de março de 2024.

Aprovado em sistema duplo cego em: 02 de abril de 2024.